



PLENÁRIO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Período: 31/07/2026 a 14/08/2026

Local: Sistema Plenário Virtual

Procedimentos Extrajudiciais a serem julgados: 92

PAUTA

Homologações de Procedimentos Extrajudiciais

CONSELHEIRO DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA

1. SIMP 000224-053/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DEUSIMAR DA SILVA CUNHA, EDVANDO DOS SANTOS BRANDAO

Requerido(s): MUNICÍPIO DE MAGALHÃES DE ALMEIDA

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. INQUÉRITO CIVIL. ACOMPANHAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS. ESTRADA VICINAL. CONCLUSÃO DA OBRA DEVIDAMENTE COMPROVADA POR DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA E RELATÓRIO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL). PERDA DO OBJETO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE JUSTIFIQUEM A CONTINUIDADE DA INTERVENÇÃO MINISTERIAL. TEORIA DO JUÍZO DE DEFERÊNCIA. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

2. SIMP 000427-275/2023 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): HÉLIA ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA

Requerido(s): MUNICIPIO DE DUQUE BACELAR -MA

Ementa: CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E PATRIMÔNIO PÚBLICO. MUNICÍPIO DE DUQUE BACELAR. PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 014/2023. SUPOSTAS CLÁUSULAS RESTRITIVAS E INABILITAÇÃO INDEVIDA. EXAURIMENTO DOS EFEITOS JURÍDICOS DO CERTAME NO TEMPO. DECURSO DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS MÍNIMOS E DE COMPROVAÇÃO DE DANO CONCRETO AO ERÁRIO OU DOLO ESPECÍFICO (LEI Nº 14.230/2021). PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E RAZOABILIDADE. FISCALIZAÇÃO COGENTE PELO CORTE DE CONTAS (TCE/MA). HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.





3. SIMP 000566-509/2021 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): JOÃO CARLOS MARTINIANO FARIAS

Requerido(s): MUNICIPIO DE AFONSO CUNHA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2021. MUNICÍPIO DE AFONSO CUNHA/MA. SUPOSTAS IRREGULARIDADES E AUSÊNCIA DE PUBLICIDADE. CONTRATO ADMINISTRATIVO INTEGRALMENTE EXAURIDO. FATO PRETÉRITO E CONSUMADO. ATRAÇÃO DA LEI Nº 14.230/2021. EXIGÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO NÃO EVIDENCIADO NOS AUTOS. ATUAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO (TCE/MA). FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO GESTOR. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO OU MANEJO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

4. SIMP 000593-276/2022 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA (ESTADO DO MARANHÃO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA)

Requerido(s): CLEOMAR RODRIGUES DOS SANTOS LOPES

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. PATRIMÔNIO PÚBLICO E PROIBIDADE ADMINISTRATIVA. CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM/MA. SUPOSTA EXISTÊNCIA DE SERVIDORES FANTASMAS E CONTRATOS IRREGULARES. INSUFICIÊNCIA DO ACERVO PROBATÓRIO. CONCLUSÃO DO PARECER TÉCNICO DA ASSTEC/PGJ PELA INVIABILIDADE DE CONFIRMAÇÃO DOCUMENTAL. EXONERAÇÃO SUPERVENIENTE DOS SERVIDORES INVESTIGADOS. CESSAÇÃO DA SUPOSTA LESÃO CONTINUADA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS COMPROVATÓRIOS DO DOLO ESPECÍFICO (LEI Nº 14.230/2021). EXCESSO DE PRAZO FORMAL CONSTATADO COMO FUNDAMENTO COMPLEMENTAR (ORIENTAÇÃO TÉCNICA Nº 1/2026 GPGJ/CAO-PROAD/MPMA). AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. REMESSA DE OFÍCIO AO TCE/MA PARA AUDITORIA DE CONTROLE EXTERNO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

5. SIMP 000636-262/2019 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM CHAPADINHA

Requerido(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADINHA

Ementa: CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INQUÉRITO CIVIL. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2019. MUNICÍPIO DE CHAPADINHA. AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO ESCOLAR. NOTÍCIA DE ADIAMENTOS IMOTIVADOS E DIRECIONAMENTO DO CERTAME. INSTRUÇÃO PROBATÓRIA. JUSTIFICATIVA DE SAÚDE DA PREGOEIRA E REGULARIDADE DAS CONVOCAÇÕES POSTERIORES. PARECER TÉCNICO DA PGJ QUE APONTOU FALHAS INFORMAIS (AUSÊNCIA DE ESTUDO TÉCNICO, PESQUISA DE PREÇOS DEFICIENTE E CERTIDÃO VENCIDA NA ADJUDICAÇÃO). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DOLO ESPECÍFICO, MÁ-FÉ OU PREJUÍZO EFETIVO AO ERÁRIO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI Nº 8.429/1992). ENCERRAMENTO DO MANDATO DO EX-GESTOR EM 2020. EXAURIMENTO DO PRAZO QUINQUENAL EM 31/12/2025. INVIABILIDADE DE NOVAS DILIGÊNCIAS DIANTE DA EFETIVA PRESCRIÇÃO DA AÇÃO DE IMPROBIDADE. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.





6. SIMP 001604-507/2021 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Orlando de Azevedo Filho

Requerido(s): GDR CONSTRUÇÕES LTDA

Ementa: CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INQUÉRITO CIVIL. DIREITO AMBIENTAL E SANEAMENTO BÁSICO. INVESTIGAÇÃO DE IRREGULARIDADES NA REDE DE DRENAGEM E LANÇAMENTO DE EFLUENTES. COMPROVAÇÃO DE HIGIEDEZ OPERACIONAL E LICENCIAMENTO VÁLIDO DA EMPRESA ORIGINARIAMENTE INVESTIGADA. INEXISTÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. CONSTATAÇÃO DE INFRAESTRUTURA COMPROMETIDA POR OUTROS EMPREENDIMENTOS. PROBLEMA MACROESTRUTURAL JÁ JUDICIALIZADO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PERDA SUPERVENIENTE DE INTERESSE PROCESSUAL FRAGMENTADO. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

7. SIMP 002076-254/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): MUNICÍPIO DE SÃO JOAO DO SÓTER/MA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. INFÂNCIA E JUVENTUDE. FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FMDCA). MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SÓTER/MA. SUPOSTA INFORMALIDADE E IRREGULARIDADE ESTRUTURAL. INCONSISTÊNCIA CADASTRAL PERANTE O GOVERNO FEDERAL. COMPROVAÇÃO SUPERVENIENTE DE REGULARIZAÇÃO. OBTENÇÃO DE CNPJ, NOMEAÇÃO DE JUNTA ADMINISTRATIVA E ABERTURA DE CONTAS BANCÁRIAS. PLENO ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES DO ECA E DO CONANDA. SALDO BANCÁRIO INEXISTENTE. MERA CONTINGÊNCIA ORÇAMENTÁRIA. ESGOTAMENTO DO OBJETO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

8. SIMP 002124-507/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): CONCEIÇÃO DE MARIA ALVES MARTINS DO LAGO, BRAZ CARVALHO DE SOUZA

Requerido(s): Braz Carvalho de Souza Júnior, Ana Caroline Alves Martins do Lago, Pedro Uchoa Alves Martins Gomes do Lago I

Ementa: PROCESSUAL CIVIL E PENAL. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. ESTATUTO DO IDOSO. SUPOSTA APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE RENDIMENTOS DE IDOSA POR SEU FILHO. INVESTIGAÇÃO MINISTERIAL. DEPOIMENTO DE OUTRA FILHA DA VITÍMA QUE RESIDE COM A GENITORA. ESCLARECIMENTO DOS FATOS. EXCLUSIVO PROVEITO DA IDOSA. AUXÍLIO MÚTUO FAMILIAR. CONDUTA QUE NÃO SE AMOLDA AO ART. 102 DA LEI Nº 10.741/2003 (ESTATUTO DO IDOSO). AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

9. SIMP 002929-259/2021 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MUNICÍPIO DE CODÓ, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Requerido(s): JOSE DE RIBAMAR OLIVEIRA CARVALHO, FRANCISCO NAGIB BUZAR DE OLIVEIRA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. PROIBIDADE ADMINISTRATIVA e DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO. MUNICÍPIO DE CODÓ/MA. ACORDO EXTRAJUDICIAL HOMOLOGADO EM JUÍZO. EXCLUSÃO DE DÉBITOS DE IPTU POR MEIO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO DE IMÓVEL





(ANTIGO AEROPORTO). REPRESENTAÇÃO FORMULADA POR GESTÃO SUCESSORA. ALEGAÇÃO DE RENÚNCIA INDEVIDA DE RECEITA E DESPROPORÇÃO DE VALORES. EXIGÊNCIA LEGAL DE COMPROVAÇÃO DE DANO EFETIVO E CONCRETO AO ERÁRIO (ART. 10 DA LEI Nº 8.429/1992 COM REDAÇÃO DA LEI Nº 14.230/2021). AFASTAMENTO DO DANO IN RE IPSA SEGUNDO PRECEDENTES DO STJ (RESP Nº 1.929.685/TO). AUSÊNCIA DE LAUDO TÉCNICO PERICIAL IMPARCIAL. IMPOSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO DE DOLO ESPECÍFICO. CONDUTA PAUTADA EM LEIS MUNICIPAIS VIGENTES À ÉPOCA (LEIS Nº 1.552/2011 E Nº 1.840/2019). EX-PROCURADOR-GERAL QUE ATUOU SOB CLÁUSULA HIERÁRQUICA "DE ORDEM". PESSOA JURÍDICA PRIVADA SEM INDÍCIOS DE PARTICIPAÇÃO DOLOSA DIRETA. REMESSA INDEPENDENTE DE CÓPIAS À PROMOTORIA ESPECIALIZADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

10. SIMP 004369-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA ANÔNIMA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INQUÉRITO CIVIL. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADE EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS Nº 001/2025-SAR). AUSÊNCIA DE ETAPA DE PROVAS OBJETIVAS PARA OS CARGOS DE ACS E ACE. LEI FEDERAL Nº 11.350/2006, ART. 9º. ACATAMENTO INTEGRAL DE RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL E PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO PARCIAL. CONEXÃO COM OUTRO PROCEDIMENTO (IC Nº 000438-276/2025) ENCAMINHADO À VIA JUDICIAL POR MEIO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ABSORÇÃO INTEGRAL DO OBJETO. AUSÊNCIA DE NECESSIDADE DE DUPLICAÇÃO INSTRUÇÃO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

11. SIMP 004608-509/2026 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Esta é uma manifestação anônima

Requerido(s): A apurar

Ementa: PROCESSUAL ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. CONCURSO PÚBLICO. MUNICÍPIO DE ROSÁRIO/MA. SUPOSTA FRAUDE E FAVORECIMENTO DE CANDIDATOS. INVESTIGAÇÃO MINISTERIAL. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS COMPROBATÓRIOS DE DÓLO OU ILICITUDE. PARECER JURÍDICO EM FASE PREPARATÓRIA QUE NÃO SE CONFUNDE COM DIRECIONAMENTO. ATUAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA E HISTÓRICO DE CAPACITAÇÃO DOS CANDIDATOS. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

12. SIMP 005573-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Disque-Denuncia/MA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. AMBIENTAL. URBANÍSTICO. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. NOTÍCIA ANÔNIMA (DISQUE DENÚNCIA). SUPOSTA UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE PRAÇA PÚBLICA E OCORRÊNCIA DE POLUIÇÃO SONORA NO BAIRRO CHÁCARA BRASIL. INVESTIGAÇÃO MINISTERIAL. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. INEXISTÊNCIA DE MATERIALIDADE DE ILÍCITO AMBIENTAL OU RESTRIÇÃO AO BEM PÚBLICO. VISTORIA IN LOCO E AUSÊNCIA DE ELEMENTOS TÉCNICOS ACOUSTICOS.





HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

13. SIMP 006615-253/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): APAE (ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IMPERAT), ELIVERTON CONCEICAO SILVA

Requerido(s): JOSE JOAO DA SILVA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. SUPOSTO USO PARTICULAR DE VEÍCULO INSTITUCIONAL POR DIRIGENTE DE APAE. ART. 9º, IV, DA LEI Nº 8.429/1992. INVESTIGAÇÃO INSTRUIDA PELA PROMOTORIA DE JUSTIÇA ORIGINÁRIA. CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL (ANPC). INTEGRAL CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PACTUADAS. INDENIZAÇÃO COMPENSATÓRIA EXECUTADA MEDIANTE ENTREGA DE INSUMOS A ENTIDADES DE RELEVANTE INTERESSE SOCIAL. EXAURIMENTO DO OBJETO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO FUNDAMENTADA. HOMOLOGAÇÃO.

14. SIMP 009638-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. INSPEÇÃO ESCOLAR. UEB DOM JOSÉ MEDEIROS DELGADO. IRREGULARIDADES NOS BANHEIROS. ATUAÇÃO MINISTERIAL. ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELA SEMED. SUBSTITUIÇÃO DE PORTAS, VASOS E PIAS. EXAURIMENTO DO OBJETO. PERDA SUPERVENIENTE DE INTERESSE AGIR. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO. ART. 9º, RESOLUÇÃO Nº 174/2017-CNMP. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO.

15. SIMP 034341-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): CONSELHO TUTELAR ÁREA COHAB/COHATRAC

Ementa: DIREITO URBANÍSTICO. MOBILIDADE URBANA. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. ALTERAÇÃO NO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL (RUA 02, COHAB II). REFLEXOS NO FLUXO DE VEÍCULOS DE VIA ADJACENTE (RUA LEÃO VELOSO - VP-24). RECLAMAÇÃO DE MORADORES QUANTO A TRANSTORNOS NO TRÂNSITO, VELOCIDADE E SEGURANÇA. PEDIDO DE CONVERSÃO DA VIA EM UTILIZAÇÃO PRIVATIVA OU RESTRITA AOS MORADORES. INVIABILIDADE JURÍDICA. BEM PÚBLICO DE USO COMUM DO POVO. PRINCÍPIOS DA UNIVERSALIDADE DE ACESSO E DA LIVRE CIRCULAÇÃO. ATUAÇÃO E CONHECIMENTO DO ÓRGÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO (SMTT). DISCRICIONARIEDADE TÉCNICA DO PODER EXECUTIVO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU OMISSÃO RELEVANTE. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.





CONSELHEIRO EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU

1. SIMP 000320-019/2017 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Requerido(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 000320-019/2017. ARQUIVAMENTO. PATRIMÔNIO PÚBLICO E PROIBIDADE ADMINISTRATIVA. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS DO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO. PUBLICIDADE DEFICIENTE DOS EDITAIS. EMBARAÇO A DILIGÊNCIAS MINISTERIAIS. CANCELAMENTO DE TREZE PREGÕES PRESENCIAIS (NºS 08 A 20/2017). ENCAMINHAMENTO À ASSESSORIA TÉCNICA DA PGJ. PARECER TÉCNICO JUNTADO EM 2025. FATOS OCORRIDOS EM 2017. PRETENSÃO EXCLUSIVAMENTE SANCIONATÓRIA. AUSÊNCIA DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AUSÊNCIA DE MARCO INTERRUPTIVO. PRAZO QUINQUENAL DO ART. 23 DA LEI Nº 8.429/92 (REDAÇÃO ORIGINAL) EXPIRADO EM 2022. IRRETROATIVIDADE DO NOVO REGIME PRESCRICIONAL (LEI Nº 14.230/2021). TEMA 1.199-STF (ARE Nº 843.989). PRESCRIÇÃO CONSUMADA. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

2. SIMP 000584-036/2022 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Requerido(s): MUNICÍPIO DE ESPERANTINÓPOLIS/MA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 000584-036/2022. ARQUIVAMENTO. PATRIMÔNIO PÚBLICO E SAÚDE COLETIVA. FISCALIZAÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES DESTINADAS À SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ESPERANTINÓPOLIS/MA. INSTAURAÇÃO EM 27/07/2022. TRAMITAÇÃO POR 1.237 DIAS SEM PRODUÇÃO PROBATÓRIA EFETIVA. CERTIDÃO DE 15/12/2025 ATESTANDO AUSÊNCIA DE INSTRUÇÃO. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE DESVIO, SOBREPÊÇO OU MALVERSAÇÃO DE RECURSOS. AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO - EXIGÊNCIA DA LEI Nº 14.230/2021. INÉRCIA INVESTIGATIVA. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO E DA EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA. INUTILIDADE DA PERSECUÇÃO PROLONGADA. FALTA DE JUSTA CAUSA. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

3. SIMP 000700-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Esta é uma manifestação anônima.

Requerido(s): A APURAR

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. PROCESSO SIMP Nº 000700-509/2025. DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E PROIBIDADE ADMINISTRATIVA. SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM CONTRATOS DE MANUTENÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOMOGRAFIA. NOTÍCIA ANÔNIMA. DILIGÊNCIAS DOCUMENTAIS E INSPEÇÃO IN LOCO. EQUIPAMENTO MUNICIPAL INOPERANTE E INATIVO NO CNES. CONTRATO Nº 377/2024 FIRMADO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA. DISPONIBILIZAÇÃO TRANSITÓRIA DE EQUIPAMENTO DE BACKUP, EM COMODATO, SEM CUSTOS ADICIONAIS. MANUTENÇÃO POSTERIORMENTE REPUTADA ANTIECONÔMICA. RESCISÃO CONTRATUAL SEM LIQUIDAÇÃO OU PAGAMENTO. REGULARIDADE DA CONTINUIDADE DO SERVIÇO POR MEIO DO CONTRATO Nº 381/2023. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE SUBLOCAÇÃO





IRREGULAR, VÍNCULO ILÍCITO OU DANO AO ERÁRIO. INEXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO CIVIL. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

4. SIMP 001297-262/2019 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM CHAPADINHA

Requerido(s): MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. PROCESSO SIMP Nº 001297-262/2019. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017. AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO E MATERIAIS OPERACIONAIS PARA O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO. PARECER TÉCNICO DA ASSESSORIA TÉCNICA DA PGJ PELA IRREGULARIDADE FORMAL DO CERTAME. PESQUISA DE PREÇOS RESTRITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO ADEQUADA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. ASSINATURA DO EDITAL PELO PREGOEIRO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA. CLÁUSULAS RESTRITIVAS À COMPETITIVIDADE. FALHAS DE PUBLICIDADE. INEXISTÊNCIA, CONTUDO, DE LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO QUANTO A DOLO ESPECÍFICO, SUPERFATURAMENTO, INEXECUÇÃO CONTRATUAL OU DANO EFETIVO AO ERÁRIO. EXAURIMENTO DA UTILIDADE INVESTIGATIVA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO SANCIONATÓRIA REFERENTE ÀS SANÇÕES DA LEI Nº 8.429/1992, NA DISCIPLINA TEMPORAL INDICADA PELO ÓRGÃO DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO.

5. SIMP 001875-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA ANÔNIMA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 001875-509/2025. ARQUIVAMENTO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ACÚMULO DE VÍNCULOS FUNCIONAIS. POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. MUNICÍPIO DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO. UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE IMPERATRIZ. ACERVO PROBATÓRIO INSUFICIENTE PARA DEMONSTRAR ILICITUDE ATUAL NA ACUMULAÇÃO REMANESCENTE. AUSÊNCIA DE PROVA ROBUSTA DE SERVIDOR "FANTASMA". ELEMENTOS CONTRADITÓRIOS, MAS PREVALÊNCIA DE DILIGÊNCIAS QUE INDICAM EXERCÍCIO EFETIVO DAS FUNÇÕES. INEXISTÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO E DE DANO AO ERÁRIO. FRAQUEZA DOS MECANISMOS DE CONTROLE ADMINISTRATIVO, PORÉM SEM LASTRO PARA AÇÃO SANCIONATÓRIA. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

6. SIMP 001986-509/2019 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Requerido(s): Sidarta Gautama Farias Maranhão

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 001986-509/2019. ARQUIVAMENTO. SUPOSTAS VENDAS DE LIMINARES EM AÇÕES DE TRANSFERÊNCIA PARA O CURSO DE MEDICINA DA UEMA. MATÉRIA ASSENTADA NA ESFERA JURISDICIONAL, COM DECISÕES PROFERIDAS EM DEMANDAS INDIVIDUAIS. AUSÊNCIA DE LASTRO PROBATÓRIO PARA IMPUTAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE. INEXISTÊNCIA DE DANO CONCRETO À INSTITUIÇÃO DE ENSINO. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DE DOLO ESPECÍFICO. INADEQUAÇÃO DA VIA MINISTERIAL PARA REDISCUTIR PROVIMENTOS JUDICIAIS. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.





7. SIMP 003252-253/2026 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Ana Meires da Silva Almeida, Isaac Mizael Soares Almeida, Sarah Soares Almeida

Requerido(s): Paulo Henrique da Silva

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SIMP Nº 003252-253/2026. TUTELA DE INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS. ÁREA CRIMINAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL (ART. 217-A DO CP) E AMEAÇA (ART. 147 DO CP). VÍTIMAS COM IDADES DE 7 E 9 ANOS. GENITOR COMO SUPOSTO AUTOR. ORIGEM: OFÍCIO DO CONSELHO TUTELAR DE IMPERATRIZ - ÁREA I. REDE PROTETIVA ACIONADA: ESCOLA MUNICIPAL, CAPS AD III E CONSELHO TUTELAR. REQUISICÃO DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL CUMPRIDA - IP Nº 7697/2026-DPCA. AJUIZAMENTO DE MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA (PROC. Nº 0811677-10.2026.8.10.0040 - 3ª VARA CRIMINAL DE IMPERATRIZ). DECLÍNIO PARCIAL DE ATRIBUIÇÃO À 9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE. EXAURIMENTO DO OBJETO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO EXTRAJUDICIAL. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

8. SIMP 003725-274/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): CENTRO DE ENSINO ENEAS MAIA FILHO, HUMBERTO PAES LAMDIM FERREIRA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 003725-274/2025. ARQUIVAMENTO. ÁREA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE. SUPOSTA IMPORTUNAÇÃO SEXUAL E MÁ CONDUTA DE PROFESSOR NO CENTRO DE ENSINO ENEAS MAIA FILHO - TASSO FRAGOSO/MA. VÍTIMAS COM FAIXA ETÁRIA ENTRE 14 E 16 ANOS. DILIGÊNCIAS REALIZADAS JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, UNIDADE REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE BALSAS E CONSELHO TUTELAR. RETRATAÇÃO PÚBLICA DO INVESTIGADO. ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS DISCIPLINARES PELA INSTITUIÇÃO DE ENSINO. AFASTAMENTO DO SERVIDOR. RESOLUÇÃO FÁTICA DO CONFLITO NO ÂMBITO ESCOLAR. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO AO ARQUIVAMENTO PELOS INTERESSADOS NOTIFICADOS. EXAURIMENTO DA ATIVIDADE INVESTIGATIVA. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

9. SIMP 009881-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): MUNICIPIO DE SÃO JOAO DO SÓTER/MA, MARIA DO CARMO CAVALCANTE LACERDA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 009881-509/2025. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. CONTRATAÇÃO DIRETA DE ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA. FUNDEF. NOTÍCIA DE POSSÍVEL IRREGULARIDADE NA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, NA PUBLICIDADE DO AJUSTE E NA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS. SUPERVENIENTE FORMALIZAÇÃO DE DISTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE DESPESA EFETIVAMENTE REALIZADA E DE DANO CONCRETO AO ERÁRIO. PERDA DO OBJETO. ARQUIVAMENTO CABÍVEL. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.





10. SIMP 024418-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Procuradoria Geral do Estado do Maranhão (PGE)

Requerido(s): DETRAN/MA-DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO MARANHÃO

Ementa: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. PROCESSO SIMP Nº 024418-500/2025.

PATRIMÔNIO PÚBLICO E PROIBIDADE ADMINISTRATIVA. TERMO DE AJUSTE DE CONTAS

Nº 17/2025. DETRAN/MA. PAGAMENTO INDENIZATÓRIO SEM COBERTURA CONTRATUAL.

ENCAMINHAMENTO PELA PGE/MA NOS TERMOS DO ART. 82, IV, DA LEI ESTADUAL Nº

8.959/2009. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ATESTADA PELO FISCAL DO CONTRATO.

AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO. SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE CONTRATUAL MOTIVADA

POR ENTRAVE BUROCRÁTICO. REFORMA DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

(LEI Nº 14.230/2021). AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO. REGULARIZAÇÃO

SUPERVENIENTE DA CADEIA CONTRATUAL. NOVA CONTRATAÇÃO MEDIANTE PREGÃO

ELETRÔNICO. EXAURIMENTO DA INVESTIGATIVA. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

11. SIMP 026304-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS e OUTROS

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 026304-500/2025. ARQUIVAMENTO. SANEAMENTO

BÁSICO. DESCUMPRIMENTO DO PLANO MUNICIPAL APROVADO PELO DECRETO

MUNICIPAL Nº 49.347/2017. DILIGÊNCIAS INSTRUTÓRIAS. REQUISIÇÃO À CAEMA E À

SEMISPE. ESCLARECIMENTO DA SITUAÇÃO ATUAL DA POLÍTICA PÚBLICA. AUSÊNCIA DE

ELEMENTOS CONCRETOS DE ILICITUDE INDIVIDUALIZADA. SUPERAÇÃO DO OBJETO

PELA APROVAÇÃO DO PLANO SETORIAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E

ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE SÃO LUÍS (PSAESL), APROVADO PELO DECRETO

MUNICIPAL Nº 62.485/2026. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL.

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

12. SIMP 037763-500/2023 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Requerido(s): MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. PROCESSO SIMP Nº 037763-500/2023. DEFESA DO MEIO

AMBIENTE. EXEMPLAR ARBÓREO DA ESPÉCIE BARRIGUDEIRA. BAIRRO SANTA CRUZ.

DIVERGÊNCIA DE PARECERES TÉCNICOS QUANTO À NECESSIDADE DE PODA.

DILIGÊNCIAS INSTRUTÓRIAS REALIZADAS. REQUISIÇÃO À UEMA. MANIFESTAÇÃO

TÉCNICA DA SEMMAM. PROVIDÊNCIA ADMINISTRATIVA IMPLEMENTADA PELO IMPUR.

AUSÊNCIA DE SUBSTRATO FÁTICO PARA PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO. PERDA

SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

13. SIMP 056325-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): POSTO JOYCE VII (POSTO JOYCE VII EIRELI)

Ementa: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. DEFESA DO CONSUMIDOR. AUTUAÇÃO DA

ANP. POSTO REVENDEDOR DE COMBUSTÍVEIS. OPERAÇÃO COM DOCUMENTAÇÃO E

AUTORIZAÇÃO DE REVENDA NÃO VINCULADAS AO CNPJ EM EXERCÍCIO NO LOCAL.

INSCRIÇÃO ESTADUAL IRREGULAR. USO DE MAQUINETA VINCULADA A CNPJ DIVERSO.





INTERDIÇÃO ADMINISTRATIVA. ANÁLISE LABORATORIAL DA GASOLINA "C" COMUM EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS VIGENTES. AUSÊNCIA DE FRAUDE DE QUALIDADE E DE QUANTIDADE. INEXISTÊNCIA DE PUBLICIDADE ENGANOSA, VÍCIO DE PRODUTO OU OFENSA CONCRETA A DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS OU INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS DOS CONSUMIDORES. IRREGULARIDADES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA, FISCAL E AMBIENTAL. INEXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA AÇÃO COLETIVA OU PARA PROVIDÊNCIA MINISTERIAL NA ESFERA CONSUMERISTA. ARQUIVAMENTO PROMOVIDO COM FUNDAMENTO NO ART. 9º DA LEI Nº 7.347/1985, ART. 10 DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 23/2007 E ART. 13 DA RESOLUÇÃO CPMP Nº 10/2009. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

CONSELHEIRA REGINA MARIA DA COSTA LEITE

1. SIMP 000102-019/2016 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DROGA ROCHA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

Requerido(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE MILAGRES DO MARANHÃO - MA.

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 000102-019/2016. INSTAURADO PARA APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016, PROMOVIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE MILAGRES DO MARANHÃO - MA, CUJO OBJETO ERA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES E MEDICAMENTOS. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. FATOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO DE 2016. INCIDÊNCIA DO REGIME PRESCRICIONAL APLICÁVEL À ESPÉCIE. TEMA 1.199 DA REPERCUSSÃO GERAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO SANCIONATÓRIA. INVIABILIDADE DE ADOÇÃO DE MEDIDAS JUDICIAIS. AUSÊNCIA DE DILIGÊNCIAS REMANESCENTES OU DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS ÚTEIS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº 10/2009 DO CPMP.

2. SIMP 000346-285/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): OSMAR JÚNIOR ALVES PIRES

Requerido(s): CAEMA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 000346-285/2024. INSTAURADO PARA APURAR SUPOSTA COBRANÇA ABUSIVA NO FORNECIMENTO DE ÁGUA POR PARTE DA COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO (CAEMA), EM COROATÁ/MA, CONSISTENTE EM ALTERAÇÃO CONSIDERÁVEL E INJUSTIFICADA NO VALOR DAS FATURAS DO NOTICIANTE DESDE O INÍCIO DE 2024. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. REAJUSTE TARIFÁRIO AUTORIZADO POR ÓRGÃO REGULADOR COMPETENTE. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS INDICATIVOS DE ILEGALIDADE OU DE LESÃO A INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS OU INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. CONTROVÉRSIA RESTRITA À SITUAÇÃO PARTICULAR DO NOTICIANTE. MATÉRIA DE NATUREZA EMINENTEMENTE INDIVIDUAL. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE TRANSINDIVIDUAL A JUSTIFICAR A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA TUTELA COLETIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº 10/2009 DO CPMP.





3. SIMP 000469-002/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, MUNICÍPIO DE SENADOR LA ROCQUE (SEMED), DANIEL MISSIAS CARDOSO

Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL SIMP 000469-002/2025.

INSTAURADO PARA APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS DA MORTE DE DANIEL MISSIAS CARDOSO, OCORRIDA NO MUNICÍPIO DE SENADOR LA ROCQUE, ANALISANDO EVENTUAL RESPONSABILIDADE PENAL DE AGENTES PÚBLICOS E/OU PARTICULARES, E AVALIAR A CONCLUSÃO DA PERÍCIA A SER REALIZADA PELO MPT. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. DILIGÊNCIAS INVESTIGATIVAS ESGOTADAS. IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS SUFICIENTES PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DE CONDUTA DOLOSA OU CULPOSA. IMPOSSIBILIDADE DE ESTABELECIMENTO DE NEXO CAUSAL ENTRE AGENTE DETERMINADO E O RESULTADO MORTE. INEXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O OFERECIMENTO DE DENÚNCIA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

4. SIMP 000859-256/2022 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Requerido(s): MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA/MA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 000859-256/2022. INSTAURADO PARA APURAR FISCALIZAR/MONITORAR ASPECTOS LEGAIS E ASSISTENCIAIS DA(S)

TRANSFERÊNCIA(S) DE RECURSOS FINANCEIROS DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO MARANHÃO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA LUZIA/MA, CONFORME PORTARIA Nº 826/2022 (DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO MARANHÃO - SES/MA). DILIGÊNCIAS REALIZADAS. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES SUBSTANCIAIS NA DESTINAÇÃO E EXECUÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS NOVOS APTOS A JUSTIFICAR O PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO. ESGOTAMENTO DAS MEDIDAS INVESTIGATÓRIAS RAZOAVELMENTE CABÍVEIS. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA EFICIÊNCIA E DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

5. SIMP 001655-256/2017 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): JOSE CARLOS MAIA LOPES FILHO

Requerido(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 001655-256/2017. INSTAURADO PARA APURAR IRREGULARIDADES SOBRE OS PREGÕES PRESENCIAIS Nº 052/2017 E 053/2017.

DILIGÊNCIAS REALIZADAS. IDENTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADES. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS SUFICIENTES À CARACTERIZAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CANCELAMENTO DOS CERTAMES. INEXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.





6. SIMP 002166-506/2023 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Município de São José de Ribamar

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 002166-506/2023. INSTAURADO PARA POSSÍVEL IRREGULARIDADE RELACIONADA AO LIMITE DE DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA, NOS TERMOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. CONSTATAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS INDICATIVOS DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA OU DE LESÃO AO ERÁRIO. NÃO CONSTATAÇÃO DE EXTRAPOLAÇÃO DO LIMITE MÁXIMO DE DESPESA COM PESSOAL. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

7. SIMP 002474-259/2021 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): LUAN CARDOSO BAIA DE SOUZA, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Requerido(s): MUNICÍPIO DE CODÓ, JOSÉ FRANCISCO LIMA NERES, Secretaria de Saúde de Codó/MA, Thaynara de Lima Pereira Rabelo, LEANDRO SORATTO

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 002474-259/2021. INSTAURADO PARA APURAR IRREGULARIDADES ESTRUTURAIS E FUNCIONAIS NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU) DE CODÓ/MA. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO. ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO ENTE MUNICIPAL. ALCANCE DA FINALIDADE INVESTIGATÓRIA. EXAURIMENTO DO OBJETO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE JUSTIFIQUEM O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

8. SIMP 002656-276/2017 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapecuru Mirim

Requerido(s): MAGNO ROGÉRIO SIQUEIRA AMORIM, Antônio da Cruz Filgueira Júnior

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 002656-276/2017. INSTAURADO PARA APURAR POSSÍVEL DANO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DE EVENTUAL PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, DECORRENTES DO NÃO REPASSE AO BANCO DO BRASIL S/A DAS PARCELAS DE EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS EM FOLHA DE PAGAMENTO, DESCONTADAS DOS CONTRACHEQUES DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITAPECURU MIRIM/MA, COM FUNDAMENTO NO CONVÊNIO Nº 61.461, CELEBRADO EM 24 DE OUTUBRO DE 2011. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO SANCIONATÓRIA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS INDICATIVOS DE ATO DOLOSO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, DANO AO ERÁRIO OU ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. INVIABILIDADE DE AÇÃO DE RESSARCIMENTO COM FUNDAMENTO NO TEMA 897 DO STF. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.





9. SIMP 003861-509/2023 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MPE

Requerido(s): A APURAR

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 003861-509/2023. INSTAURADO PARA APURAR A VERACIDADE DA NARRATIVA DE QUE HÁ "DIFICULDADES DE EMBARQUE/DESEMBARQUE EM PONTO DE ÔNIBUS POR CONTA DE ESTACIONAMENTOS IRREGULARES NA AV. MOÇAMBIQUE, NO PRINCIPAL PONTO DE ÔNIBUS SENTIDO BAIRRO NO ANJO DA GUARDA". DILIGÊNCIAS REALIZADAS. ATUAÇÃO DO ÓRGÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO. ADOÇÃO DE MEDIDAS DE FISCALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA. RESOLUTIVIDADE DA DEMANDA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS INDICATIVOS DA PERSISTÊNCIA DA IRREGULARIDADE. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. FALTA DE INTERESSE NA CONTINUIDADE DA APURAÇÃO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

10. SIMP 005471-509/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Esta é uma manifestação anônima.

Requerido(s): A APURAR

Ementa: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO SIMP Nº 005471-509/2024. INSTAURADO PARA APURAR POSSÍVEL ACUMULAÇÃO ILÍCITA DE CARGOS PÚBLICOS POR JOSÉ LUIS CHAVES JUNIOR. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. CONSTATAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE PROCEDIMENTO DE IDÊNTICO OBJETO EM TRÂMITE PERANTE PROMOTORIA DE JUSTIÇA COM ATRIBUIÇÃO TERRITORIAL E FUNCIONAL PARA A CONDUÇÃO DAS INVESTIGAÇÕES. EXTRAÇÃO DE CÓPIAS E REGULAR ENCAMINHAMENTO DOS ELEMENTOS PROBATÓRIOS AO ÓRGÃO MINISTERIAL COMPETENTE. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A MANUTENÇÃO DE PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO PARALELO. CONTINUIDADE DA APURAÇÃO ASSEGURADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

11. SIMP 006518-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA ANÔNIMA

Requerido(s): ANA ANDREIA DINIZ MENDONÇA

Ementa: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO SIMP Nº 006518-509/2025. INSTAURADO PARA APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES FUNCIONAIS ATRIBUÍDAS À SERVIDORA ANA ANDREIA DINIZ MENDONÇA. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO REGULARMENTE CONCEDIDA, PRECEDIDA DE FÉRIAS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DAS IRREGULARIDADES NOTICIADAS. INEXISTÊNCIA DE LESÃO AO ERÁRIO OU DE ELEMENTOS INDICATIVOS DA PRÁTICA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS ÚTEIS. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.





12. SIMP 006752-253/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): THAMILI MACEDO SILVA

Requerido(s): Vanderson da Costa Silva

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP Nº 006752-253/2025. INSTAURADO PARA APURAR SUPOSTO CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL PRATICADO EM FACE DA CRIANÇA T. M.S., DE 10 ANOS DE IDADE, TENDO COMO SUSPEITO O SEU GENITOR. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. DECLÍNIO PARCIAL DO FEITO QUANTO AO ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS CÍVEIS E PROTETIVAS. INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL. ALCANCE DO OBJETIVO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE RECURSO. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 13, § 4º, DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 174/2017. DESNECESSIDADE DE CONTROLE DE HOMOLOGAÇÃO PELO CONSELHO SUPERIOR. REMESSA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM PARA ARQUIVAMENTO NO PRÓPRIO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO.

13. SIMP 008153-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): CÂMARA MUNICIPAL DE ALDEIAS ALTAS/MA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 008153-509/2025. INSTAURADO PARA FISCALIZAÇÃO DA LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE DA ELEIÇÃO ANTECIPADA DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAXIAS PARA O BIÊNIO 2027/2028. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. CONSTATAÇÃO DE DESCONFORMIDADES. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL. ACOLHIMENTO INTEGRAL DA RECOMENDAÇÃO. IRREGULARIDADES SANADAS PELO CÂMARA MUNICIPAL. ANULAÇÃO DA ELEIÇÃO NOTICIADA. REALIZAÇÃO DE NOVA ELEIÇÃO. ADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL AOS PARÂMETROS CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE REMANESCENTE. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA CONTINUIDADE DO FEITO OU ADOÇÃO DE MEDIDAS JUDICIAIS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº 10/2009 DO CPMP.

14. SIMP 009102-500/2023 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (CNPJ=05.483.912/0001-85)

Requerido(s): SEMCAS - SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA E ASSISTENCIA SOCIAL

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 009102-500/2023. INSTAURADO PARA ACOMPANHAR O SANEAMENTO DE IRREGULARIDADES SANITÁRIAS IDENTIFICADAS NO ABRIGO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, LOCALIZADO NA COHAB ANIL I. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. VERIFICAÇÃO DE IDENTIDADE DE OBJETO COM PROCEDIMENTO ANTERIORMENTE INSTAURADO PERANTE ÓRGÃO DE EXECUÇÃO COM ATRIBUIÇÃO ESPECÍFICA. ACOMPANHAMENTO DA MATÉRIA EM PROCEDIMENTOS JÁ EM TRÂMITE PERANTE A PROMOTORIA DE JUSTIÇA COMPETENTE. DESNECESSIDADE DE TRAMITAÇÃO PARALELA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À TUTELA DO INTERESSE COLETIVO. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE FEITO. PROSSEGUIMENTO INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA DO PRESENTE FEITO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO





Nº10/2009 DO CPMP.

15. SIMP 009529-253/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): THIAGO ARAUJO DOS REIS

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP Nº 009529-253/2024. INSTAURADO PARA APURAR POSSÍVEL DELITO DE LESÃO CORPORAL CONTRA A CRIANÇA DE 01 (UM) ANO DE IDADE, FILHA DE L.S.C. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. REQUISIÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL. EFETIVA INSTAURAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL. EXAURIMENTO DO OBJETO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. ARQUIVAMENTO PROMOVIDO PELO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO. INCIDÊNCIA DO ART. 13, § 4º, DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 174/2017. AUSÊNCIA DE RECURSO. DESNECESSIDADE DE SUBMISSÃO DO FEITO AO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA HOMOLOGAÇÃO. REMESSA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM PARA ARQUIVAMENTO.

16. SIMP 010737-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): denúncia sigilosa

Requerido(s): a apurar

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 010737-509/2025. INSTAURADO PARA APURAR SUPOSTOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E GRAVE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA MORALIDADE, IMPESSOALIDADE, EFICIÊNCIA E ECONOMICIDADE (ARTS. 37, CAPUT, E 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E ARTS. 10.º E 11.º DA LEI N.º 8.429/1992) NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO/MA. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PELA PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO. RESTITUIÇÃO INTEGRAL DOS VALORES RECEBIDOS. RECOMPOSIÇÃO DO ERÁRIO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS INDICATIVOS DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA DE DILIGÊNCIAS REMANESCENTES. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A CONTINUIDADE DO FEITO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

17. SIMP 011022-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Esta é uma manifestação anônima.

Requerido(s): SECRETARIA DE SAÚDE MUNICIPIO DE COELHO NETO, Prefeitura Municipal de Coelho Neto

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 011022-509/2025. INSTAURADO PARA APURAR SUPOSTA OMISSÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, CARACTERIZADA PELA FALTA SISTEMÁTICA E CONTÍNUA DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS E MATERIAIS PARA CURATIVOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) LOCAIS, COM ÊNFASE NA UBS SANTO ANTÔNIO, SITUADA NO BAIRRO MUTIRÃO. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. CONSTATAÇÃO DA REGULAR DISPONIBILIDADE DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS ESSENCIAIS. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS QUE COMPROVEM DESABASTECIMENTO SISTÊMICO, CONTÍNUO OU GENERALIZADO. AUSÊNCIA DE LESÃO OU AMEAÇA CONCRETA A DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS OU INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS CABÍVEIS. INEXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O





PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO OU PARA A ADOÇÃO DE MEDIDAS JUDICIAIS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

18. SIMP 027681-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Procuradoria Geral do Estado do Maranhão (PGE)

Requerido(s): Secretaria de Estado da Infraestrutura - SINFRA

Ementa: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO SIMP Nº 027681-500/2025. INSTAURADO A PARTIR DE OFÍCIO Nº 1410/2025 - SGA/PGE, DE 02/07/2025, ORIUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO, SUBSCRITO PELO SUBPROCURADOR-GERAL ADJUNTO DO ESTADO, ANTONIO CARLOS DA ROCHA JUNIOR, ENCAMINHANDO CÓPIA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2024.530101.04639. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. COMUNICAÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO POR FORÇA DO ART. 82, IV, DA LEI ESTADUAL Nº 8.959/2009. AUSÊNCIA DE NOTÍCIA DE IRREGULARIDADE. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE ILEGALIDADE OU DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

CONSELHEIRA MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO

1. SIMP 001032-034/2019 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL EM SANTA LUZIA DO PARUÁ - MA

Requerido(s): MUNICIPIO DE NOVA OLINDA DO MARANHÃO, IRACY MENDONÇA WEBER

Ementa: INQUÉRITO CIVIL

SIMP Nº 001032-

034/2019. PEDIDO

DE HOMOLOGAÇÃO

DE PROMOÇÃO DE

ARQUIVAMENTO.

VOTO EXARADO NOS

AUTOS.

ENCAMINHAMENTO

À SECRETARIA DO

CONSELHO

SUPERIOR DO

MINISTÉRIO

PÚBLICO. REGULAR

PROSSEGUIMENTO

DO FEITO.





2. SIMP 001106-509/2026 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, Alana Campos Marques

Requerido(s): A APURAR

Ementa: NOTÍCIA DE FATO SIMP Nº 001106-509/2026. POLUIÇÃO SONORA. PASSAGEM DE TRIOS ELÉTRICOS DURANTE O PERÍODO DE PRÉ-CARNAVAL E CARNAVAL NA AVENIDA LITORÂNEA. REPRESENTAÇÃO ENCAMINHADA PELA OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. EVENTOS TEMPORÁRIOS E SAZONAIS. ENCERRAMENTO DO PERÍODO FESTIVO. EXAURIMENTO DA SITUAÇÃO FÁTICA INVESTIGADA. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. AUSÊNCIA DE UTILIDADE PRÁTICA NO PROSSEGUIMENTO DA APURAÇÃO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. CONHECIMENTO. NÃO HOMOLOGAÇÃO. BAIXA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA PARA ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 5º DA RESOLUÇÃO N. 174/2007 DO CNMP C/C ART. 110 DA RESOLUÇÃO N. 09/2019 DO CSMP/MA.

3. SIMP 001487-506/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Rafael Anderson

Requerido(s): CONSTRUTURA LUA NOVA

Ementa: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DA ORDEM URBANÍSTICA. APURAÇÃO DE SUPOSTA OMISSÃO DE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO NA RECUPERAÇÃO DE VIA PÚBLICA DANIFICADA EM RAZÃO DE OBRAS DE INSTALAÇÃO DE REDE DE ESGOTO. CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES EM VISTORIA MINISTERIAL. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. SOLUÇÃO CONSENSUAL DA DEMANDA. EXAURIMENTO DA FINALIDADE INVESTIGATIVA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 10, DA RESOLUÇÃO N. 174/2017 DO CNMP E ART. 107, DA RESOLUÇÃO N. 09/2019-CSMP-MA.





4. SIMP 002199-509/2023 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA SIGILOSA

Requerido(s): MILTON NILSON VASCONCELOS BASTOS

Ementa: EMENTA: INQUÉRITO CIVIL SIMP nº 002199-509/2023. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CÂMARA MUNICIPAL DE AFONSO CUNHA. APURAÇÃO DE SUPOSTOS FUNCIONÁRIOS FANTASMAS. SERVIDORES COM QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO E LESÃO AO ERÁRIO (LEI Nº 14.230/2021). INEXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ARQUIVAMENTO NA ORIGEM. REGULARIDADE PROCEDIMENTAL VERIFICADA. HOMOLOGAÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 9º, INCISO X, DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO - RESOLUÇÃO Nº 09/2019 - CSMP E DO ART. 10, § 1º e § 2º, DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 23/2007.

5. SIMP 002204-506/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MARCIA MARIA GOUVEIA REIS

Requerido(s): NEYDHER ALIX DE OLIVEIRA FERNANDES

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP nº 002204-506/2024. APURAÇÃO DE POSSÍVEL OCORRÊNCIA DE ASSÉDIO MORAL EM AMBIENTE ESCOLAR, EM FACE DO 2º TENENTE QOCBM NEYDHER ALIX DE OLIVEIRA FERNANDES, CONTRA A PROFESSORA MÁRCIA MARIA GOUVEIA REIS, DA ESCOLA CÍVICO MILITAR 2 DE JULHO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR. CONCLUSÃO DE SINDICÂNCIA INSTAURADA NO ÂMBITO DA INSTITUIÇÃO BOMBEIRO-MILITAR PELA NÃO OCORRÊNCIA DO AVENTADO ASSÉDIO MORAL CONTRA A REPRESENTANTE. DECISÃO DE ARQUIVAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVO DA DECISÃO DA ENCARREGADA DO FEITO INTERPOSTO PELA REPRESENTANTE. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NÃO ACOLHIDO PELO REPRESENTANTE MINISTERIAL RECORRIDA. FALTA DE ELEMENTOS A JUSTIFICAR A INSTAURAÇÃO DE APURAÇÃO PARARELA PELO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ANTE A AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO IDÔNEA DE FALTA DE TRANSPARÊNCIA NA APURAÇÃO DO FEITO PELA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA. RECURSO QUE SE CONHECE DIANTE DA TEMPESTIVIDADE E PRESSUPOSTOS VÁLIDOS, MAS SE NEGA PROVIMENTO, POR FALTA DE JUSTA CAUSA E AMPARO LEGAL,





MANTENDO-SE A
DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO DE
ORIGEM PARA AS
PROVIDÊNCIAS LEGAIS. INCIDÊNCIA DO ART. 13, §3º DA RESOLUÇÃO CNMP Nº 174/2007
C/C ART. 111, INCISO III
DA RESOLUÇÃO Nº 09/2019 DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO
MARANHÃO.

6. SIMP 003023-509/2022 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): EVOLUÇÃO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI

Requerido(s): COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE PINHEIRO

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 003023-509/2022.

APURAÇÃO DE SUPOSTAS

IRREGULARIDADES NO PREGÃO

ELETRÔNICO Nº 28/2022 DO MUNICÍPIO DE

PINHEIRO/MA. REPRESENTAÇÃO DE

LICITANTE. PARECER TÉCNICO APONTANDO

FALHAS FORMAIS E CLÁUSULAS

RESTRITIVAS. EXAURIMENTO DO PRAZO DE

TRAMITAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL.

ORIENTAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2026-

GPGJ/CAO/PROAD. AUSÊNCIA DE

COMPROVAÇÃO DE DOLO ESPECÍFICO.

INCIDÊNCIA DAS ALTERAÇÕES

PROMOVIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021 E DA

TESE FIXADA PELO STF NO TEMA 1.199.

INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS APTOS À

CONFIGURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE

ADMINISTRATIVA OU ILÍCITO PENAL.

AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA

PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES.

HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, NOS

TERMOS DO ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº

23/2007-CNMP C/C ART. 107 DA RESOLUÇÃO

Nº 09/2019-CSMP/MPMA.

7. SIMP 003048-509/2023 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): SEVENTEC TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 003048-509/2023.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2023.

APURAÇÃO DE SUPOSTAS

IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTO

LICITATÓRIO. REPRESENTAÇÃO DE

LICITANTE INABILITADA. DIVERGÊNCIA

INTERPRETATIVA ACERCA DAS REGRAS DE

HABILITAÇÃO CONSTANTES DO EDITAL.





PARECER TÉCNICO APONTANDO FALHAS DE NATUREZA FORMAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DOLO ESPECÍFICO, DANO AO ERÁRIO OU ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. INCIDÊNCIA DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007-CNMP C/C ART. 107 DA RESOLUÇÃO Nº 09/2019-CSMP/MPMA.

8. SIMP 003346-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): CAMARA MUNICIPAL DE ITINGA DO MARANHÃO, GUILHERME CORREIA DE LIMA, RIVELINO DA SILVA DE SOUSA

Ementa: ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL. ART. 17-B DA LEI Nº 8.429/1992.

APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES EM

PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO. AGENTE DE CONTRATAÇÃO. AUSÊNCIA DE DESIGNAÇÃO

FORMAL. FALHAS NA INSTRUÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. POSSÍVEL VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ADESÃO VOLUNTÁRIA DOS COMPROMISSÁRIOS.

PREVISÃO DE MULTA CIVIL E

OBRIGAÇÕES DE COLABORAÇÃO. ATENDIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. INTERESSE PÚBLICO PRESERVADO.

HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL, NOS TERMOS DO ART. 13, INCISO I, DA RESOLUÇÃO

N. 306/2025 DO CNMP.

9. SIMP 004681-252/2019 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): A Sociedade

Requerido(s): SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE TIMON

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 004681-

252/2019. DIREITO AMBIENTAL.

SUPOSTO DESMATAMENTO NO

POVOADO CABECEIRA DO

ABACABA (TIMON/MA). DENÚNCIA

ANÔNIMA. VISTORIA MUNICIPAL

(SEMMA) SEM CONSTATAÇÃO DE

DANO. CONVERSÃO EM

DILIGÊNCIA PELO CSMP.

AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA

O AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL

PÚBLICA. PROMOÇÃO DE

ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO





DO ARQUIVAMENTO, NOS
TERMOS DO ART. 10 DA
RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP
E DO ART. 107 DA RESOLUÇÃO Nº
09/2019 DO CSMP-MA.

10. SIMP 005031-253/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Leandra

Requerido(s): JAMES REIS DE SOUSA

Ementa: EMENTA: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP Nº 005031-253/2025. DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ACOMPANHAMENTO DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL. MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA AJUIZADA. INQUÉRITO POLICIAL DEVIDAMENTE INSTAURADO PELA AUTORIDADE COMPETENTE. EXAURIMENTO DO OBJETO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. ARQUIVAMENTO PROMOVIDO NA ORIGEM. REGULARIDADE PROCEDIMENTAL VERIFICADA. DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PELO CSMP, CABENDO APENAS DELIBERAÇÃO SOBRE A COMUNICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO (ART. 9º, XII, "B", DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO E ART. 13, § 4º DA RES. CNMP Nº 174/2017). VOTO PELO CONHECIMENTO DA COMUNICAÇÃO E RETORNO DOS AUTOS À UNIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE BASE PARA AS PROVIDÊNCIAS DEVIDAS.

11. SIMP 009646-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INFRAESTRUTURA ESCOLAR. UEB DOM JOSÉ MEDEIROS DELGADO. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM FORRO COM RISCO À SEGURANÇA DA COMUNIDADE ESCOLAR. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. EXAURIMENTO DA FINALIDADE DO PROCEDIMENTO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO, NOS TERMOS DO





ART. 12 DA RESOLUÇÃO N. 174/2007
DO CNMP C/C ART. 111, DA
RESOLUÇÃO N. 09/2019 DO CSMP/MA.

12. SIMP 009683-500/2018 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO MARANHÃO

Requerido(s): Farmácias/Drogarias de Coroatá e Peritoró

Ementa: EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. EXERCÍCIO

ILEGAL DA MEDICINA, ARTE DENTÁRIA OU
FARMACÊUTICA (ART. 282, CP). APURAÇÃO
DE IRREGULARIDADES EM FARMÁCIAS E
DROGARIAS NOS MUNICÍPIOS DE COROATÁ
E PERITORÓ. ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA
SANITÁRIA MUNICIPAL. REGULARIZAÇÃO E
INTERDIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS
VERIFICADA. PERDA DO OBJETO.

INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA
PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA.
PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NA
ORIGEM. REGULARIDADE PROCEDIMENTAL
VERIFICADA. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO
DO ARQUIVAMENTO NOS TERMOS DO ART.
9º, INCISO X, DO REGIMENTO INTERNO DO
CSMPMA - RESOLUÇÃO Nº 09/2019-CSMP E
DO ART. 10, § 1º e § 2º, DA RESOLUÇÃO
CNMP Nº 23/2007.

13. SIMP 027283-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação de São Luís (SEMED)

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP Nº 027283-500/2025. DIREITO À
EDUCAÇÃO. FISCALIZAÇÃO DAS

CONDIÇÕES SANITÁRIAS DA UEB PROFESSOR JOSÉ DA SILVA ROSA. REGULARIZAÇÃO
DA DEMANDA PELA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED). EXAURIMENTO DO OBJETO.

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. CONHECIMENTO DO ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS
DO ART. 12 DA

RESOLUÇÃO Nº 174/2017 DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.





CONSELHEIRO FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA

1. SIMP 000119-019/2017 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Sebastião Garcia da Silva

Requerido(s): José Augusto Cardoso Caldas

Ementa:

2. SIMP 000171-509/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA SIGILOSA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. INVESTIGAÇÃO DESTINADA A APURAR IRREGULARIDADE NA NOMENCLATURA DE BEM PÚBLICO. ESTÁDIO DE FUTEBOL DENOMINADO "MACHADÃO", EM REFERÊNCIA DIRETA AO PREFEITO MUNICIPAL E À SUA FAMÍLIA. OFENSA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IMPESSOALIDADE. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL. ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO GESTOR MUNICIPAL. COMPROVAÇÃO DE REMOÇÃO DA DENOMINAÇÃO INDEVIDA E APROVAÇÃO DE LEI MUNICIPAL ESTABELECENDO NOME OFICIAL. ALCANCE DO OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 9º DA LEI Nº 7.347/85, ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP E ART. 13 DA RESOLUÇÃO Nº 10/2009 DO CPMP.

3. SIMP 000462-510/2021 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL

Requerido(s): MUNICIPIO DE SÃO LUIS

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. ORDEM URBANÍSTICA. INVESTIGAÇÃO DESTINADA A APURAR POSSÍVEL OCUPAÇÃO ILEGAL E EDIFICAÇÃO EM BEM PÚBLICO DE USO COMUM (VIA PÚBLICA). OMISSÃO INICIAL DO ÓRGÃO FISCALIZADOR. POSTERIOR ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS. LAVRATURA DE AUTO DE INFRAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA PROPOSITURA DE AÇÃO DEMOLITÓRIA PELA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO. ALCANCE DA FINALIDADE DA INTERVENÇÃO MINISTERIAL. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 9º DA LEI Nº 7.347/85 E ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP.

4. SIMP 000964-273/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): GAECO

Requerido(s): MUNICIPIO DE FORTUNA, L & L PROMOCÃO E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA - ME

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. INVESTIGAÇÃO DESTINADA A APURAR MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS ATÍPICAS ENTRE EMPRESA PRIVADA E ENTE MUNICIPAL. RELATÓRIO DO COAF. NÃO COMPROVAÇÃO DE DOLO ESPECÍFICO E MÁ-FÉ. TEMA 1.199 DO STF. RETROATIVIDADE DA LEI Nº 14.230/2021. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DA PRETENSÃO SANCIONADORA CONSUMADA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 9º DA LEI Nº 7.347/85 E





ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP.

5. SIMP 001188-507/2019 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Janaína Amorim Diniz, A Sociedade

Requerido(s): CARLOS IVAN GATINHO CASTRO

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. MEIO AMBIENTE. INVESTIGAÇÃO DESTINADA A APURAR POLUIÇÃO AMBIENTAL DECORRENTE DE DESPEJO IRREGULAR DE ESGOTO DA ETE DOS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAL TURU. COMPROVAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ESTRUTURAL DA TUBULAÇÃO E EMISSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL CORRETIVA. CUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES DA RESOLUÇÃO CONAMA Nº 430/2011. CESSAÇÃO DO DANO AMBIENTAL E AUSÊNCIA DE NOVAS RECLAMAÇÕES. ALCANCE DO OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 9º DA LEI Nº 7.347/85 E ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP.

6. SIMP 001779-254/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): LUCILENE SANTANA FERNANDES

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. INVESTIGAÇÃO DESTINADA A APURAR A SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE DE ADOLESCENTE E DE SEU NASCITURO DECORRENTE DE SUPOSTA VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR. MAIORIDADE CIVIL ALCANÇADA PELA GENITORA. REDIRECIONAMENTO DO ESCOPO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA INFANTE. ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELOS ÓRGÃOS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CONSELHO TUTELAR. COMPROVAÇÃO DE CONDIÇÕES ADEQUADAS DE CUIDADO, INSERÇÃO EM PROGRAMAS SOCIAIS E COMPROMISSO DE AFASTAMENTO DO SUPOSTO AGRESSOR. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL EM CURSO SOB A TUTELA DE PROMOTORIA COM ATRIBUIÇÃO ESPECÍFICA. ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS. ALCANCE DO OBJETO EXTRAJUDICIAL DO INQUÉRITO CIVIL. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 9º E 10 DA LEI Nº 7.347/85 E ART. 13 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP.

7. SIMP 004891-253/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Isabella Sipião Melo

Requerido(s): Joaquim Sipião Filho (avô)

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO STRICTO SENSU. DIREITOS INDISPONÍVEIS. APURAÇÃO DE SUPOSTA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA VULNERÁVEL. REQUISIÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL. DEMORA INICIAL DA AUTORIDADE POLICIAL. REITERAÇÃO DE DILIGÊNCIAS. POSTERIOR ATENDIMENTO PELA DELEGACIA ESPECIALIZADA. INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL CONFIRMADA. ALCANCE DO OBJETO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PERSECUÇÃO CRIMINAL NA VIA ADEQUADA. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 9º DO ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 05/2014-GPGJ/CGMP.





8. SIMP 005281-253/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): JESSYCA SANTANA CHIOSSI

Requerido(s): O Estado do Maranhão, MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DIREITO AMBIENTAL. INVESTIGAÇÃO DESTINADA A APURAR SUPOSTA POLUIÇÃO SONORA CAUSADA PELA EMPRESA TELACAR. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. REALOCAÇÃO DO MAQUINÁRIO E INÍCIO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PELA EMPRESA. VISTORIA IN LOCO QUE ATESTOU A MITIGAÇÃO DO RUÍDO. REDUÇÃO DE 80% DO INCÔMODO RELATADA PELOS VIZINHOS. EVIDÊNCIA DE CONFLITO ESTRITAMENTE FAMILIAR E DE VIZINHANÇA. INSUFICIÊNCIA DE ELEMENTOS PARA A CONFIGURAÇÃO DE DANO COLETIVO OU CRIME AMBIENTAL. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 9º DA LEI Nº 7.347/85 E ART. 4º DA RESOLUÇÃO Nº 174/2017 DO CNMP.

9. SIMP 005986-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA ANÔNIMA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. NOTÍCIA DE FATO ANÔNIMA. SUPOSTA CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE ADVOGADOS PARTICULARES PELA SEMAD E IPAM PARA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. COMPROVAÇÃO DE QUE O ADVOGADO ATUANTE É SERVIDOR PÚBLICO DE PROVIMENTO EFETIVO DO MUNICÍPIO. ATUAÇÃO RESTRITA À PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM MANDADO DE SEGURANÇA POR AUTORIDADE COATORA. ART. 7º, INCISO I, DA LEI Nº 12.016/2009. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO PRIVADA PELO IPAM. INEXISTÊNCIA DE USURPAÇÃO DE FUNÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, DANO AO ERÁRIO OU ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 9º DA LEI Nº 7.347/85, ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP E ART. 9º DA RESOLUÇÃO Nº 174/2017 DO CNMP.

10. SIMP 008368-509/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA SIGILOSA

Requerido(s): Prefeitura Municipal de São Luís

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. INVESTIGAÇÃO DESTINADA A APURAR AS CONDIÇÕES DE ESTABILIDADE E SEGURANÇA DAS PONTES E VIADUTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS. ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELOS ÓRGÃOS DE INFRAESTRUTURA (SINFRA E SEMOSP). ELABORAÇÃO DE LAUDO PERICIAL E PARECER TÉCNICO DE ENGENHARIA ESTRUTURAL. AFASTAMENTO DE RISCO IMINENTE DE COLAPSO. INEXISTÊNCIA DE LESÃO EFETIVA OU RISCO ATUAL AO INTERESSE DIFUSO. ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 9º DA LEI Nº 7.347/85 E ARTS. 10 E SEQUINTE DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP.

11. SIMP 011699-253/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): IRNAGLLA DE SOUSA SILVA, MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): O Estado do Maranhão

Ementa: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. DIREITO AMBIENTAL E COLETIVO. INVESTIGAÇÃO DESTINADA A APURAR SUPOSTA INTERVENÇÃO IRREGULAR EM CORPO





HÍDRICO POR EMPRESA PRIVADA. ALEGAÇÃO DE PREJUÍZO AO ABASTECIMENTO DE TANQUE DE PISCICULTURA. REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS INICIAIS. NOTIFICAÇÃO DAS PARTES PARA ESCLARECIMENTOS E ATUALIZAÇÃO DOCUMENTAL. INÉRCIA DO NOTICIANTE E DO REPRESENTADO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS MÍNIMOS PARA CONFIGURAÇÃO DE JUSTA CAUSA QUE JUSTIFIQUE O PROSSEGUIMENTO DA ATUAÇÃO MINISTERIAL. IMPOSSIBILIDADE DE AVERIGUAÇÃO DE EVENTUAL LESÃO A DIREITO DIFUSO OU COLETIVO. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 9º DA LEI Nº 7.347/85, ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP E ART. 13 DA RESOLUÇÃO Nº 10/2009 DO CPMP.

12. SIMP 018798-500/2016 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO

Requerido(s): ANTONIO ELIBERTO BARROS MENDES

Ementa: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DESAPROVAÇÃO DE CONTAS. EXERCÍCIO DE 2009. MUNICÍPIO DE PALMEIRÂNDIA. ADVENTO DA LEI Nº 14.230/2021. TRANSCURSO DE MAIS DE 14 ANOS. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS COMPROBATÓRIOS DE DOLO OU DANO AO ERÁRIO. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 23, CAPUT, DA LEI Nº 8.429/92.

13. SIMP 028040-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DIORGENS WENDEL COSTA TAVARES

Requerido(s): MUNICIPIO DE SÃO LUÍS e OUTROS

Ementa: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. INVESTIGAÇÃO DESTINADA A APURAR SUPOSTA PRÁTICA DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO E ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. USO DE ESCRITURA PÚBLICA FALSIFICADA. ATOS VINCULADOS A OUTRAS ESFERAS JÁ OBJETO DE AÇÕES PENAL E CÍVEL AUTÔNOMAS. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS COMPROBATÓRIOS MÍNIMOS DE DOLO PARA A CONFIGURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA. REMESSA DE CÓPIAS À SECCOR PARA APURAÇÃO DE DELITOS CRIMINAIS. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 17, § 6º, DA LEI Nº 8.429/1992. ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP E ART. 13 DA RESOLUÇÃO Nº 10/2009 DO CPMP.

14. SIMP 033400-500/2022 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO - TCE

Requerido(s): MUNICIPIO DE BACURITUBA

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. TOMADA DE CONTAS. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BACURITUBA. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DA PRETENSÃO PUNITIVA E RESSARCITÓRIA. ARTIGO 23, INCISO I, DA LEI Nº 8.429/1992. TÉRMINO DO MANDATO. TRANSCURSO DE MAIS DE CINCO ANOS. APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.230/2021. VALOR ÍNFIIMO DO DÉBITO. AUSÊNCIA DE UTILIDADE PRÁTICA. ADEQUAÇÃO DE CLASSE PROCESSUAL. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO.





CONSELHEIRA RITA DE CASSIA MAIA BAPTISTA

1. SIMP 000145-044/2018 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): CM MOTTA-ME

Requerido(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE PIO XII

Ementa: Inquérito Civil. Instauração iniciada por meio da Portaria nº 004/2018-PJPIO, com o fim de apurar eventuais irregularidades na condução do Pregão Presencial nº 021/2017, realizado pelo Município de Pio XII, que objetivava a contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios e água mineral à Prefeitura Municipal, com valor estimado de R\$ 802.750,17. Pareceres técnicos nºs 243/2018 e 316/2021 da Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça (ASTEC) que apontaram Termo de Referência apócrifo, omissão de publicidade do resultado em portais eletrônicos oficiais e inconsistências em notas de empenho. Análise exauriente da documentação que demonstra a ausência de dolo específico de lesar a Administração Pública ou gerar enriquecimento ilícito. Diligências junto ao portal do Tribunal de Contas do Estado (TCE/MA) infrutíferas quanto à localização de elementos comprobatórios de prejuízo financeiro. Registro do óbito do ex-Prefeito Municipal, ordenador de despesas à época dos fatos e um dos investigados destes autos, com a consequente extinção da pretensão punitiva pessoal e perda superveniente do objeto quanto a este representado. Inexistência de dano ao erário. Não configuração de ato de improbidade administrativa sob a ótica da Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021 no que tange os demais representados envolvidos (Pregoeiro, Secretário de Assistência Social, Secretário de Administração, Chefe de Gabinete e representante da Comissão Permanente de Licitação). Cumprimento da finalidade do feito. Falta de justa causa para a manutenção do procedimento e ausência de elementos para embasar a propositura de ação civil pública. Arquivamento homologado.

2. SIMP 000228-066/2021 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MARITI SOUSA MOTA

Requerido(s): ADAILSON DO NASCIMENTO LIMA, PAULIANE SILVA SILVEIRA, MICHEL DA SILVA BRANDÃO

Ementa: Inquérito Civil. Instauração iniciada a partir de representação formulada por Mariti Sousa Mota em face de Adailson do Nascimento Lima (Prefeito de Paulo Ramos), Pauliane Silva Silveira (Secretária Municipal de Educação) e Michel Brandão (Ouvidor Municipal), noticiando o não funcionamento adequado do Serviço de Informação ao Cidadão (E-SIC) e a ausência de respostas a requerimentos de acesso à informação (Protocolos nº 1150493768, 2147483647 e 1911989965), configurando suposto descumprimento da Lei de Ação Civil Pública, da Lei de Acesso à Informação e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Promoção de arquivamento. Pretensão relacionada à obtenção de documentos específicos de natureza individual, posteriormente satisfeita por meio do Mandado de Segurança nº 0800128-63.2021.8.10.0109. Questão referente à regularização do Portal da Transparência já submetida ao controle jurisdicional na Ação Civil Pública nº 1193-68.2017.8.10.0109, ajuizada em decorrência do Inquérito Civil nº 000578-066/2019. Instrução ministerial que não reuniu elementos aptos a demonstrar dolo específico, lesão ao erário ou enriquecimento ilícito, nos termos da Lei nº 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021. Inexistência de justa causa para o ajuizamento de ação civil pública. Arquivamento homologado.





3. SIMP 001302-280/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): JOSE FERNANDO GONCALVES DE SA

Requerido(s): SHIRLENIA VIEIRA MOTA LIMA

Ementa: Procedimento Preparatório. Instauração iniciada de representação formulada por José Fernando Gonçalves de Sá, noticiando sucessivas invasões à sua propriedade "Fazenda Recanto", localizada na BR-226, por Shirlenia Vieira Mota Lima, que teria danificado instalações hidráulicas e subtraído equipamentos elétricos e câmeras de segurança no local, conforme detalhado nos Boletins de Ocorrência nº 176813/2025, 325716/2025 e 00350683/2025.

Promoção de arquivamento. Atuação do Ministério Público mediante requisição de providências à autoridade policial visando a elucidação dos fatos. Resposta formal da Delegacia Regional do município de Presidente Dutra comunicando a instauração do Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO nº 00002178/2026) e de procedimentos de Verificação Preliminar de Informações (VPI). Finalidade do feito atingida com o início da persecução penal pelo órgão competente. Exaurimento do objeto. Inexistência de justa causa para a manutenção de procedimento autônomo e concomitante no Parquet. Arquivamento homologado

4. SIMP 001643-507/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Filemom Garcia

Requerido(s): Município de Paço do Lumiar

Ementa: Inquérito Civil. Instauração iniciada a partir de manifestação encaminhada por moradores locais, noticiando a falta de infraestrutura urbana adequada, especificamente no tocante à pavimentação asfáltica da Avenida 02, no Loteamento Alto do Laranjal, Município de Paço do Lumiar. Constatação, após diligências, de que a implantação de infraestrutura essencial na área reclamada já é objeto de cumprimento de obrigação imposta no bojo do Processo Judicial nº 0831206-79.2019.8.10.0001, no qual o Município foi condenado a proceder com as referidas adequações urbanísticas. Perda superveniente do interesse de agir. Cumprimento da finalidade do feito. Falta de justa causa para manutenção do presente procedimento e para a propositura de nova ação civil pública (vedação ao bis in idem). Arquivamento homologado.

5. SIMP 001840-509/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA SIGILOSA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: Procedimento preparatório. Denúncia sigilosa encaminhada à Ouvidoria do Ministério Público. Suposto criadouro irregular de suínos em zona urbana. Possíveis danos ambientais e riscos sanitários à vizinhança. Requisição ministerial à Vigilância Sanitária Municipal. Vistoria no local. Laudo técnico conclusivo pela inexistência de criação de animais no endereço indicado. Imóvel em obras para construção de pontos comerciais. Cessaçã da atividade denunciada. Ausência de dano ambiental atual, irregularidade sanitária ou omissão estatal contemporânea. Esgotamento do objeto. Inexistência de justa causa para prosseguimento da apuração ou ajuizamento de ação civil pública. Arquivamento homologado.





6. SIMP 004080-274/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): ROSILENE ISABEL DE SOUSA

Requerido(s): MUNICIPIO DE BALSAS

Ementa: Inquérito Civil. Procedimento instaurado a partir de reclamação formulada por Rosilene Isabel de Sousa e Francinete de Sousa dos Reis, que relataram a interrupção do fornecimento de água potável na comunidade "Caminhos dos Gerais", situada na zona rural do Município de Balsas, em razão de falhas no funcionamento do poço artesiano e da insuficiência do abastecimento por caminhões-pipa. Promoção de arquivamento. Diligências que demonstraram a adoção, pela Administração Municipal, de providências aptas a restabelecer o serviço de forma contínua e diária, mediante a ampliação da rede existente em mais de 2.000 (dois mil) metros e, complementarmente, o envio cotidiano de carros-pipa, conforme o Ofício nº 004/2026-PGM e a Certidão de Inspeção in loco nº 152/2026-DPJBAL. Superveniente perda do objeto em decorrência da solução da demanda. Exaurimento da finalidade do procedimento. Inexistência de justa causa para seu prosseguimento. Ausência de elementos indicativos de lesão a interesses difusos ou coletivos que justifiquem o ajuizamento de Ação Civil Pública. Arquivamento homologado.

7. SIMP 005515-253/2026 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): RENATO ALVES LIMA, JEANDERSON PEREIRA DA SILVA

Ementa: Inquérito civil. Instauração iniciada a partir de denúncia anônima noticiando a suposta prática de ato de improbidade administrativa atribuída a policiais militares lotados em Imperatriz, consubstanciado no recebimento de vantagem econômica indevida no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), via Pix, para omitir providência de ofício consistente na não apresentação à Delegacia de Polícia Civil de condutor flagrado dirigindo sob influência de álcool (0,60 mg/L) após abordagem. Constatação, após diligências, da materialidade do ato ímprobo mediante o deferimento judicial de afastamento do sigilo bancário e processamento técnico via LAB-LD/MA. Configuração de enriquecimento ilícito nos termos do artigo 9º, inciso X, da Lei nº 8.429/1992. Formalização de Acordo de Não Persecução Cível (ANPC nº 01/2026 - 7ªPJCRIMITZ). Ressarcimento do enriquecimento ilícito e aplicação de multa civil convertida na aquisição de 04 (quatro) tablets para o 3º Batalhão de Polícia Militar, visando a melhoria da eficiência policial. Solução consensual que opera o saneamento da conduta investigada. Caráter pedagógico e suficiência punitiva da sanção pecuniária pactuada. Acordo de Não Persecução Cível homologado.

8. SIMP 007007-509/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Esta é uma manifestação anônima.

Requerido(s): CAMARA MUNICIPAL (MUNICIPIO DE BALSAS - CAMARA MUNICIPAL), A APURAR

Ementa: Inquérito Civil. Instauração iniciada a partir de representação anônima junto à Ouvidoria do Ministério Público Estadual, noticiando possível irregularidade consistente na alegação de que Luís Tainan da Silva Mota, Assessor Parlamentar I lotado no gabinete do então vereador Wagner Martins Fialho, estaria percebendo vencimentos sem a devida contraprestação laboral, posto que residiria e cursaria Fisioterapia em tempo integral na UFDPAR, na cidade de Parnaíba-PI. Promoção de arquivamento. Constatação, após diligências e oitivas, de que houve a efetiva prestação de serviço de forma remota, conforme praxe administrativa da época. Ausência de dolo





específico exigido pela Lei nº 14.230/2021. Inexistência de elementos que demonstrem lesão ao erário ou má-fé a embasar a propositura de ação civil pública. Precedente judicial análogo na Comarca. Arquivamento homologado.

9. SIMP 010943-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Ementa: Inquérito civil. Instauração iniciada a partir de inspeção técnica feita na Unidade de Educação Básica (UEB) Saraiva Filho - Ensino Fundamental, situada no Município de São Luís, na qual se constatou a necessidade de aquisição de mobiliário para o refeitório da aludida unidade. Adoção de diligências instrutórias, com expedição de ofícios à Secretaria Municipal de Educação (SEMED), realização de reuniões institucionais, emissão de Recomendação Administrativa e proposta de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Resolução posterior da principal irregularidade apontada. Informação de que as demais desconformidades remanescentes estão sendo tratadas em processos administrativos autônomos. Atuação resolutiva do Ministério Público. Perda superveniente do objeto. Arquivamento homologado.

CONSELHEIRO PAULO SILVESTRE AVELAR SILVA

1. SIMP 000496-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Esta é uma manifestação anônima.

Requerido(s): A APURAR

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO. PATRIMÔNIO PÚBLICO. APURAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM CONTRATAÇÃO DIRETA. EXECUÇÃO DE OBRAS DE MANUTENÇÃO DE PONTES DE MADEIRA. LEI DE LICITAÇÕES. DISPENSA DE LICITAÇÃO. VÍCIOS FORMAIS NO PROCEDIMENTO. PARECER TÉCNICO MINISTERIAL. CONSTATAÇÃO DE VALIDADE DA SITUAÇÃO EMERGENCIAL E INEXISTÊNCIA DE SOBREPREÇO. AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO E DE DOLO ESPECÍFICO A ENSEJAR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO PEDAGÓGICA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

2. SIMP 000694-044/2019 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Maranhão - PJ de Pio XII

Requerido(s): MUNICÍPIO DE SATUBINHA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO. PATRIMÔNIO PÚBLICO. SUPOSTO ABANDONO DE OBRAS PÚBLICAS. MUNICÍPIO DE SATUBINHA/MA. POSTO DE SAÚDE E QUADRA POLIESPORTIVA CONCLUÍDOS E EM RELEVANTE FUNCIONAMENTO. REFORMA ATIVA DA CRECHE REPACTUADA JUNTO AO GOVERNO FEDERAL. MONITORAMENTO RESIDUAL TRANSFERIDO PARA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRÓPRIO (SIMP Nº 220-044/2026). AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE OU DOLO ESPECÍFICO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.





3. SIMP 001490-256/2015 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): SINPREAAP - ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA

Requerido(s): MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ, INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ/MA -

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. PATRIMÔNIO PÚBLICO. SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE ALTO ALEGRE DO PINDARÉ. EXAME PERICIAL FINANCEIRO INCONCLUSIVO. REGULARIZAÇÃO ESTRUTURAL DA AUTARQUIA POR LEI SUPERVENIENTE (LCM Nº 001/2022). AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE E DOLO ESPECÍFICO DE IMPROBIDADE (LEI Nº 8.429/1992). PERDA DE OBJETO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

4. SIMP 002054-253/2026 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Sérgio Martins de Souza Queiroz

Requerido(s): A apurar

Ementa: DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL. RECURSO ADMINISTRATIVO. SUPOSTA OMISSÃO MUNICIPAL NA IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO E REALOCAÇÃO DE FAMÍLIAS. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. COMPROVAÇÃO DE ATUAÇÃO EFETIVA DA DEFESA CIVIL DE IMPERATRIZ. MAPEAMENTO ATUALIZADO E PLANO DE AÇÕES ESTRUTURANTES EM CURSO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. DECISÃO DE ARQUIVAMENTO. RECURSO INTERPOSTO PELO RECLAMANTE. MANUTENÇÃO DA DECISÃO PELO PROMOTOR. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. DESPROVIMENTO DO RECURSO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

5. SIMP 005202-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA ANÔNIMA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO. SUPOSTO FAVORECIMENTO E AUSÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA EM AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HOSPITALARES. INSTITUTO ACQUA. CONTRATAÇÃO DA FORNECEDORA DENUNCIADA (MSI HOSPITALAR). PLATAFORMA BIONEXO. AMPLA COMPETITIVIDADE COMPROVADA (MAIS DE 79 CONCORRENTES ATIVOS). INEXISTÊNCIA DE MATERIALIDADE E DE DOLO ESPECÍFICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA (ART. 17, § 6º, DA LEI Nº 8.429/1992). PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

6. SIMP 006390-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA ANÔNIMA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. DIREITO ADMINISTRATIVO E PATRIMÔNIO PÚBLICO. ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS PÚBLICOS E SUPOSTA OMISSÃO ADMINISTRATIVA. SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO NA GUARDA MUNICIPAL E NA POLÍCIA MILITAR. EXONERAÇÃO VOLUNTÁRIA DO CARGO MUNICIPAL EFETIVADA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS ACERCA DA SUPOSTA OMISSÃO DOLOSA OU PRÁTICA DE "RACHADINHA" POR PARTE DO





COMANDANTE DA CORPORAÇÃO. NECESSIDADE DE DOLO ESPECÍFICO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXAURIMENTO DAS DILIGÊNCIAS. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

7. SIMP 008034-509/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Vilma Sousa Silva de Brito

Requerido(s): A APURAR

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS. PESSOA IDOSA. APURAÇÃO DE SITUAÇÃO DE EXTREMA VULNERABILIDADE SOCIAL, ABANDONO E AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO CIVIL DE IDOSO CONHECIDO COMO "CHICO VELHO". DILIGÊNCIAS ESGOTADAS NA ESFERA EXTRAJUDICIAL. OMISSÃO DO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE MENTAL (CAPS III). JUDICIALIZAÇÃO DAS DEMANDAS. AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE REGISTRO TARDIO PELA DEFENSORIA PÚBLICA E DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

8. SIMP 008262-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Disque-Denuncia/MA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. INVESTIGAÇÃO DE SUPOSTOS MAUS-TRATOS. DILIGÊNCIAS REALIZADAS PELA REDE DE PROTEÇÃO E ESCOLA. CONSTATAÇÃO DE AMBIENTE FAMILIAR ADEQUADO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE VIOLÊNCIA. RELATO DE COAÇÃO POR FAMILIARES PARA GRAVAÇÃO DE ÁUDIOS. LITÍGIO DE GUARDA JUDICIALIZADO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

9. SIMP 010950-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. DIREITO À EDUCAÇÃO. INFRAESTRUTURA ESCOLAR. CONSTATAÇÃO DE NECESSIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DAS CARTEIRAS DAS SALAS DE AULA DA UEB SARAIVA FILHO - ENSINO FUNDAMENTAL. ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. VERIFICAÇÃO DE ATENDIMENTO DA DEMANDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO FÁTICA. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. EXAURIMENTO. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.





10. SIMP 027300-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação de São Luís (SEMED)

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. DIREITO À EDUCAÇÃO E INFRAESTRUTURA. AVERIGUAÇÃO DAS CONDIÇÕES ESTRUTURAIS DE UNIDADE DE EDUCAÇÃO BÁSICA. NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA REFEITÓRIO ESCOLAR. DILIGÊNCIAS MINISTERIAIS. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA. COMPROVAÇÃO DE ADIMPLENTO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED). ENTREGA DO MOBILIÁRIO. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. RESOLUTIVIDADE ALCANÇADA NA VIA EXTRAJUDICIAL. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

São Luís, 24 de julho de 2026

Secretaria dos Órgãos Colegiados

